

Estudo mostra erro em avaliação de crianças

Segundo pesquisa da psicóloga Adriana Machado, alunos normais da rede pública de ensino são, muitas vezes, avaliados equivocadamente como deficientes mentais e enviados para classes especiais

GLÁUCIA LEAL

Muitas crianças podem estar sendo tratadas como deficientes dentro das escolas públicas estaduais apenas por apresentarem dificuldade de expressão, timidez, hiperatividade ou se recusarem a fazer tarefas. Um levantamento por amostragem, feito pela psicóloga Adriana Marcondes Machado para sua dissertação de mestrado, desenvolvida no Departamento de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), mostrou que alunos podem ser considerados deficientes mentais e encaminhados para classes especiais de escolas públicas estaduais com base em relatórios de avaliação psicológica errados.

"A rede escolar é muito grande e não temos profissionais suficientes para fazer avaliações periódicas", reconheceu a assessora pedagógica Carmen Martini Costa, do Serviço de Educação Especial da Coordenadoria de Normas Pedagógicas da Secretaria de Estado da Educação.

Na Escola Estadual de 1º Grau Almeida Júnior, na Zona Oeste, na qual a maioria dos alunos mora em favelas, havia uma classe especial inteira formada por nove alunos com idades variando entre 10 e 13 anos. Adriana

descobriu que nenhuma das crianças é deficiente mental. Todas foram reencaminhadas para classes normais, alfabetizadas e cursam hoje a 3ª série do 1º grau.

"A direção da escola e os professores portaram-se de forma exemplar: duvidaram dos laudos, buscaram a reavaliação e estão lutando pela a readequação das crianças nas classes normais", afirmou a pesquisadora. "Infelizmente essa atitude é pouco comum, já que é mais fácil deixar tudo como está, em vez de readaptar-se", reconheceu.

"O problema é que, de forma geral, não há projetos para crianças com dificuldades na estrutura pública de ensino", preocupa-se a psicóloga, que desde 1986 atua no Serviço de Psicologia Escolar da USP e lança hoje o livro *Crianças de Classe Especial — Efeitos de um Encontro da Educação com a Saúde*, editado pela Casa do Psicólogo.

Para Adriana, as classes especiais correm o risco tornar-se um depósito de alunos normais, prejudicando seu desenvolvimento e também da-

queles que realmente apresentam deficiências e requerem atenção especial do professor. Segundo ela, algumas professoras, sem saber como disciplinar e motivar os estudantes, chegam a encaminhar classes inteiras para avaliações psicológicas em clínicas universitárias ou postos de saúde que dispõem desse serviço.

"Cerca de 70% das crianças com idades entre 6 e 14 anos para as quais são pedidas avaliações não precisam de atendimento individual", garantiu. "O problema, na

maioria dos casos, não está na criança, mas sim na estrutura de ensino que não sabe trabalhar com as diferenças individuais e inventa categorias hierárquicas para o saber." Muitos estudantes são recomendados aos psicólogos logo de-

pois de iniciado o processo de alfabetização, no começo do ano letivo.

De acordo com a professora do Departamento de Psicologia da USP, Edwiges de Mattos Silveiras, os problemas escolares são a causa de 40% dos encaminhamentos. Mas esse motivo muitas vezes termina se perdendo em meio a longas análises que se detêm em questões afetivas enquanto a criança continua com problemas na sala de aula. O resultado costuma ser a evasão da rede de ensino pela falta de resultados práticos.

**LIVRO SOBRE
O ASSUNTO
SERÁ LANÇADO
HOJE**



Laurentino, Pedro, Juliana, Wagner e Reginaldo com a psicóloga Adriana (centro): mudanças

Mônica Zarattini/AE